



**ILEGAL – A VIDA NÃO ESPERA. Direção: Tarso Araujo e Ricardo Erichsen.
Produção: 3FilmGroup e Superinteressante. São Paulo, 2014.**

Catia Paranhos Martins (UFGD - catiamartins@ufgd.edu.br)

Este é um exercício de pensamento realizado a partir de meu encontro com o documentário “Ilegal – A Vida Não Espera”, com direção de Tarso Araujo e Ricardo Erichsen, de 2014. O filme é um convite para um debate sobre o qual o Brasil está atrasado, tratando o assunto limitado ao âmbito da justiça com forte repressão policial. Ao assistir “Ilegal” e acompanhar as mães/mulheres na luta por uma vida digna para suas crianças e para si mesmas, bem como o conservadorismo e a morosidade do Estado, fui tomada por muitos afetos.

Em cena a maconha em sua versão mais amena: a medicinal. A convivência com as convulsões e as dores fez com que pessoas improváveis mudassem de ideia sobre a legalização da maconha, como vemos ao longo do filme. Destaco, sem a pretensão de esgotar a discussão proposta, quatro dimensões de análise para tecer essas considerações. As dimensões estão interligadas e contribuem para pensar o presente e o que nos acontece.

LEGAL X ILEGAL

O documentário narra a vida de pais que convivem com inúmeras convulsões diárias de seus filhos, crianças que têm síndromes raras, e de pessoas que sentem dores crônicas, uma dessas teve uma bomba de morfina instalada ao corpo para amenizar o sofrimento. Pessoas que lutam para ter acesso ao canabidiol (CBD) ou ao tetrahidrocanabinol (THC) para fins medicinais, substâncias que alcançam resultados muito melhores do que as drogas hoje disponíveis no mercado brasileiro.

Quanto a ilegalidade da maconha, justificada por fazer mal à saúde, gostaria de contrapor à legalidade das motos, por exemplo. Os acidentes de trânsito representam 52% de todas as internações por acidentes de transporte em hospitais no país. São cerca de 40 mil pessoas que morreram no Brasil por ano em decorrência dos acidentes de trânsito, sendo mais de 12 mil envolvendo motocicletas¹. A mortalidade dos motociclistas e o progressivo agravamento da violência no trânsito foram problematizados pelo Mapa da

¹ Vide site do Ministério da Saúde e a construção do Plano Segurança no Trânsito em Defesa da Vida: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/18901-internacoes-por-acidentes-de-motos-mais-que-dobram-em-cinco-anos>>.



Violência, de 2013 (WAISELFISZ, 2013). E, seguindo na linha provocativa, destaco outras legalidades, como: comércio de armas, álcool e tabaco.

O documentário mostra as mulheres que lutam unidas pela CBO, a primeira pessoa do país a importar legalmente o THC e a que perde o seu filho enquanto esperava a burocracia. São algumas das histórias de pessoas no limite: “traficar”, diz uma delas ao importar ilegalmente o CBD. Não poderia deixar de mencionar que há também outras pessoas, muitas mães, que trabalham para o tráfico de drogas², as apelidadas como ‘formigas’, ‘avião’, ‘mulas’.

Atualmente, no Brasil, num contexto marcado pelo crescente aumento do encarceramento feminino, 65% das prisões ocorrem por delitos ligados às drogas. O sexismo aparece nas funções desempenhadas por essas mulheres que ocupam os postos mais vulneráveis na rede do tráfico. O que estas mulheres têm em comum? A cor (68% são negras), ausência de antecedentes criminais; principais ou únicas provedoras do lar; baixa escolaridade; dificuldade de acesso a empregos formais; exercem pequenas atividades no varejo do tráfico e no transporte nacional e internacional, segundo o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC, 2015).

As mulheres do documentário e as que compõem a população carcerária habitam diferentes Brasis. Penso nessas mulheres. Este é um país marcado pela desigualdade social, de gênero e pelo racismo de Estado. Impossível saber o que doe mais: a fome de quem vende para sobreviver; a realidade das periferias que não comporta o sonho de uma vida diferente; assistir - impotente - as convulsões de uma criança; a convivência com dores crônicas, sem possibilidade de terapêutica farmacológica; ou o sofrimento de quem faz uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas.

A vida doe no documentário e fora dele. Ainda bem que não há régua ou qualquer outro instrumento que possa ‘medir’ as dores da existência. Ou há. A moral vigente. O jogo que compõe as regras da legalidade e da ilegalidade. Os interesses econômicos como medida de todas as coisas. Que vida interessa? As pretas, pobres, da periferia, com baixa escolaridade, as indígenas, as vidas que estão nas margens e à margem convivem com a falta de interesses e a convivência coletiva.

A guerra às drogas fracassou, é a constatação da Organização das Nações Unidas (ONU, 2011). Mas o cenário do proibicionismo altera-se lentamente. O documentário

² Para melhor compreensão sobre a participação das mulheres no tráfico de drogas e o crescente encarceramento feminino no país, sugiro um passeio por: <<http://mulheresemprisao.org.br/>>.



provoca-me a questionar: a ilegalidade é mais lucrativa que a regulamentação? Quais os interesses em jogo para manutenção da ilegalidade? Quão longe estamos da legalização da maconha? Sobre a saúde de quem faz uso abusivo, quando a ética da Redução de Danos, que pauta inúmeras experiências bem-sucedidas no mundo, será a norteadora das políticas de saúde sobre drogas no país? É essa sequência de questionamentos que me leva a próxima dimensão.

BIG FARMA

Tempo da biopolítica, da medicalização da vida e do social. A vida regulada pelas estratégias do poder. O consumo de produtos e procedimentos é tomado como sinônimo de saúde. É a era da cidadania do consumidor. A Saúde é um lucrativo mercado, embora o texto constitucional respalde a luta do Movimento Sanitário brasileiro pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde. “Temos que diminuir o tamanho do SUS”, é a posição do atual Ministro da Saúde, que teve sua campanha financiada pela maior seguradora de saúde do Paraná.

No documentário, os estudiosos ouvidos questionam o perverso jogo de interesses da Indústria Farmacêutica. Esta é uma força que demarca até onde se pode ir, o que usar e, inclusive, o que e como pesquisar. A maconha, mantida na ilegalidade, não atrapalha a venda de anticonvulsivantes, calmantes e demais produtos patenteados. Assim, é no encontro dos saberes/poderes médico, jurídico, institucional e econômico que vai se definindo os limites e, inclusive as resistências, das experiências de si.

Katiele, uma das figuras centrais, narra a sua saga como mãe ao lutar por CBD para a filha. É um cenário que não comportava saída. Ela, embora tendo dinheiro, não poderia comprar legalmente. A medicina não prescrevia porque era proibido. O Estado não muda a legislação já que não há demanda e evidências científicas. Os pesquisadores lamentam-se reféns da *Big Farma*. “Calma, mãezinha. Não há o que fazer”, ela ouviu inúmeras vezes.

O crescimento do setor farmacêutico e do consumo de medicamentos, bem como a dependência às drogas psiquiátricas, preocupa pesquisadores e militantes ligados aos movimentos da Reforma Sanitária, Psiquiátrica e Luta Antimanicomial que se posicionam pela saúde como direito de cidadania. Ironicamente, não há interesse do mesmo mercado na produção e na pesquisa para as doenças de pessoas e de países pobres, tais como: tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, chagas, dengue e esquistossomose. São conhecidas como as doenças negligenciadas. E o investimento científico e tecnológico dos países pobres está aquém das necessidades da população. Parece-me que aqui também não



há saída. Penso agora sobre a desnaturalização do mundo e a invenção de linhas de fuga, as minhas próximas dimensões.

O CUIDADO - AINDA – FEMININO E A CIÊNCIA MASCULINA

As mães e as crianças do documentário emocionaram-me. Mulheres travam uma batalha contra os interesses econômicos alinhados com a morosidade do Estado pela dignidade de suas crianças. As crianças, que convulsionavam inúmeras vezes ao dia, agora sorriem e dão passos, antes inimagináveis. No documentário há um companheiro atuante, outro indignado com a situação da filha e que vasculha a internet por alguma alternativa, há mais um que está sendo processado por tráfico internacional ao trazer sementes da *Cannabis* para o cultivo destinado a minimizar as dores de sua esposa. Embora haja homens/pais, são as mulheres/mães que ganham a cena. A escolha pela centralidade delas não me parece aleatória. É uma estratégia para sensibilizar a respeito do tema (e consegue!), mas reafirma o mesmo papel de ontem.

As fortes mulheres em cena indicam os efeitos das lutas feministas pela participação na história. Não tenho nenhuma dúvida de que elas estão fazendo história. Entretanto, bem ali onde há o nascimento de uma outra história, a suposta essência do cuidado – ainda – está localizada nas mulheres. E o poder masculino está retratado através dos especialistas e dos representantes político-partidários, eles são todos homens.

DA SAÚDE COMO POLÍTICA

Acompanho a luta dessas pessoas por mudanças nas regras do jogo. Elas estão inventando outras saúdes, no plural. Katiele é questionada sobre o que quer do futuro e responde que gostaria que cada um pudesse se cuidar como quiser. Autonomia e ousadia são discussões que corroboram com um dos lemas, há quatro décadas, do Movimento Sanitário brasileiro: “saúde é democracia, democracia é saúde” (STRALEN; BONFIM, 2016).

Da saúde como política e invenção de mundos, limito-me a destacar o potente encontro da Marcha da Maconha evidenciado ao longo do documentário, formado por quem faz uso recreativo, com o movimento de famílias e pesquisadores que lutam pelo medicinal. Forças que indicam mudanças na sensibilidade coletiva. As regras atuais não servem mais, é urgente reinventá-las. É urgente questionar o tom dado pela indústria farmacêutica ao contemporâneo.



Depois de um impasse jurídico, o Supremo Tribunal Federal, decidiu pela legalidade da Marcha da Maconha em 2011. A Marcha é um crescente movimento por aqui e leva-me a pensar em outras Marchas, a Marcha Mundial de Mulheres, “*Ni una a menos*” e a Marcha pelo Parto em Casa. Aproveito a colagem mulher/mãe exposta pelo documentário. Atenho-me a breves comentários sobre o que parece ser comum na Marcha da Maconha e do Parto em Casa. Ambas questionam o jogo atual, produzem uma perturbação na cena instituída, escancaram os interesses: a vida como negócio. De um lado, a luta pelo direito ao uso e a produção medicinal ou recreativo da *Cannabis*. Por outro, o direito ao próprio corpo e ao parto como evento de mulheres e suas famílias e não como um ato médico. Embora sejam movimentos sociais marcados pela participação da classe média e alta, em sua maioria, não os considero elitistas. O sonho é pela ampliação dos direitos individuais. A luta é por autonomia e pela dignidade da vida contrariando a máquina formada pela Ciência sem compromisso ético-político somada ao Estado de privilégios e à Indústria da Saúde privatista e privatizante.

O documentário contribui para o debate sobre as drogas e a ampliação dos direitos individuais. Aguardo as cenas dos próximos capítulos. Em 2014, a Justiça brasileira autorizou a importação do CBD. O custo varia de 2 a 15 mil ao mês. Quem pode pagar? Em 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária retira o CBD da lista de substâncias proibidas e coloca-o na de controlados. Em maio de 2017 a maconha passou para a categoria de “planta medicinal”. Há em andamento a *Fio-cannabis*, pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal do Rio de Janeiro. O futuro já chegou e nele há pessoas lutando juntas por mudar as regras vigentes. Como alerta o Comitê Invisível: “Não há outro mundo. Há simplesmente outra maneira de viver” (2016, p. 10). E, como no subtítulo, a vida não espera. Ela escapa, insiste em se reinventar e resiste ao jogo de interesses biopolíticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMITÊ INVISÍVEL. 2016. *Aos nossos amigos. Crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições.
- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. 2015. *Infográfico Mulheres e Tráfico de Drogas: uma sentença tripla*. In: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2015/08/infografico-mulheres-e-traffic-de-drogas.pdf>. (acessado em 20 de julho de 2017).



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2011. *Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas*. In: http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2012/03/GCDP_WaronDrugs_PT.pdf. (acessado em 23 de julho de 2017).

STRALEN, Cornelis Johannes Van; BONFIM, José Ruben de Alcântara. 2016. “Cebes: democracia é saúde / saúde é democracia”. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, 40 (spe): 4-9.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. 2013. *Mapa da Violência – Acidentes de Trânsito e Motocicletas*. Rio de Janeiro: FLACSO.